

PLATÃO CAPITAL S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2025

PLATÃO CAPITAL S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais intermediários individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado intermediárias e individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações do fluxo de caixa intermediárias individuais e consolidadas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Relatório da Administração

Apresentação de resultados

Os administradores da Platão Capital S.A apresentam as Demonstrações Financeiras Intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, referentes a 30 de setembro de 2025, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, o Demonstrativo do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e o Demonstrativo do Resultado Abrangente. Todas as informações financeiras estão expressas em milhares de reais.

Os resultados obtidos refletem o esforço contínuo de nossas equipes, os números apresentados evidenciam o propósito da Companhia de gerar valor para seus acionistas, clientes e para a sociedade, alinhando suas ações ao compromisso com a preservação ambiental.

Informações operacionais

Atualmente, a Companhia possui em seu grupo um portfólio de 46 MW de capacidade instalada e 60,94 MWp de potência pico distribuídos em 17 ativos. Durante os primeiros quatro meses de 2025, foram finalizadas as obras de conexão e iniciadas as operações de duas usinas no estado do Mato Grosso do Sul. Assim, 100% das usinas da Companhia e de suas subsidiárias encontram-se em operação.

→ Início em 10/01/2025 da operação da usina localizada em **Miranda-MS**, com **potência de 2,5MW**.

→ Início em 11/04/2025 da operação da usina localizada em **Cassilândia-MS**, com **potência de 2,5MW**.



Destaques financeiros

Receitas

A Companhia encerrou o período findo em 30 de setembro de 2025 com uma receita líquida individual de R\$ 6.281 e no consolidado R\$ 17.490, resultado consideravelmente superior ao apresentado em 30 de setembro de 2025.

No mesmo período do ano anterior, a Companhia ainda não havia incorporado quatro subsidiárias operacionais e, portanto, não apresentou receita líquida individual. O resultado consolidado em 30 de setembro de 2024 foi de R\$ 8.168. O aumento das receitas decorre do fato de em 2025, 100% das usinas da Companhia e de suas controladas estarem em operação.

Custos e Despesas

Em função da fase pré-operacional de 2024 a companhia não registrou custos. Em 30 de setembro de 2025, o custo incorrido individual foi de R\$ 2.200, e o consolidado de R\$ 7.135.

As principais despesas administrativas do primeiro trimestre referem-se a gastos com operação e manutenção (O&M) das usinas em operação e despesas com depreciação.

	Controladora	Consolidado
Serviços administrativos	(850)	(2.417)
Depreciação e amortização	(2.200)	(7.135)
Despesas com operação e manutenção	(3.474)	(5.714)
Outras despesas	(743)	(2.403)
Total	(7.267)	(17.669)
Custo dos serviços prestados	(2.200)	(7.135)
Despesas gerais e administrativas	(5.067)	(10.534)

Resultado financeiro

As despesas financeiras concentram-se principalmente nos encargos sobre o endividamento e nos ajustes a valor presente dos contratos de mútuo vigentes.

	Controladora	Consolidado
Descontos obtidos	3	4
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	255
Total	3	259
Despesas financeiras		
Encargos financeiros sobre endividamento	(17.799)	(37.535)
Ajuste a valor presente – Mútuos	-	(1.583)
Juros sobre arrendamentos	(274)	(1.196)
Variação monetária	-	(1)
Outras despesas financeiras	(32)	(118)
Total	(18.105)	(40.433)

Considerações adicionais

Em atendimento ao Art. 17 da Instrução CVM nº 162/2022 informamos que, no período findo em 30 de setembro de 2025, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A BDO foi contratada pela administração da Companhia para os serviços de auditoria para o exercício de 2025, pelo montante de R\$ 137 líquidos de impostos.

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretoria da
Platão Capital S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Platão Capital S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial intermediário individual e consolidado em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board (IASB)*", assim como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Demonstrações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR), acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.3. às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a qual evidencia que a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 11.874 mil no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2025, totalizando um prejuízo acumulado de R\$ 45.202 mil no período encerrado em 30 de setembro de 2025. Adicionalmente, observamos que, na mesma data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 320 mil nas demonstrações individuais e em R\$ 11.348 mil nas demonstrações consolidadas. Conforme divulgado nesta mesma Nota Explicativa nº 1.3, a Administração tem, em seu plano estratégico, alongar as dívidas e implementar ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a posição patrimonial da Companhia com possibilidade de fusão ou incorporação com outras empresas.

Esses eventos ou condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Destacamos que nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota nº 11 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que descreve transações relevantes realizadas com partes relacionadas durante o período. Conforme detalhado na referida nota, uma parcela substancial das atividades operacionais da Companhia dependeu, no período findo em 30 de setembro de 2025, dessas partes relacionadas, cujos valores significativos representam a totalidade da receita operacional líquida e o custo. Eventos futuros ou condições adversas que afetem essas partes relacionadas podem impactar materialmente a continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins comparativos, foram auditados por outro auditor independente, que emitiu seu relatório em 31 de março de 2025, sem ressalvas.



Da mesma maneira, os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, também apresentados para fins comparativos, foram objeto de revisão por outros auditores independentes, que emitiram seu relatório de revisão em 22 de janeiro de 2025, igualmente sem ressalvas quanto aos saldos contábeis analisados.

Londrina, 1º de dezembro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'WMR'.

William Morton Ricardo
Contador CRC 1 SP 239058/O

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	15
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5
Preferenciais	5
Total	10
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	98.290	133.939
1.01	Ativo Circulante	320	4.245
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9	767
1.01.02	Aplicações Financeiras	1	4
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1	4
1.01.03	Contas a Receber	0	1.273
1.01.03.01	Clientes	0	1.273
1.01.06	Tributos a Recuperar	92	24
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	92	24
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	218	2.177
1.01.08.03	Outros	218	2.177
1.01.08.03.01	Créditos com Coligadas	77	2.172
1.01.08.03.02	Créditos com Controladores	5	5
1.01.08.03.03	Outros créditos	136	0
1.02	Ativo Não Circulante	97.970	129.694
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.018	20.911
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	24.018	20.911
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	24.018	20.911
1.02.02	Investimentos	4.933	37.459
1.02.02.01	Participações Societárias	4.933	37.459
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.933	37.459
1.02.03	Imobilizado	68.950	71.238
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	65.905	68.142
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.045	3.096
1.02.04	Intangível	69	86
1.02.04.01	Intangíveis	69	86

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	98.290	133.939
2.01	Passivo Circulante	8.219	4.194
2.01.02	Fornecedores	87	568
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	87	568
2.01.03	Obrigações Fiscais	69	1.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17	795
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	795
2.01.03.01.02	Parcelamentos tributários	17	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	52	376
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.917	1.662
2.01.04.02	Debêntures	5.917	1.662
2.01.05	Outras Obrigações	2.146	793
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.578	361
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.578	361
2.01.05.02	Outros	568	432
2.01.05.02.04	Outras obrigações	210	83
2.01.05.02.05	Passivo de direito de uso	358	349
2.02	Passivo Não Circulante	165.317	159.789
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	155.311	141.727
2.02.01.02	Debêntures	155.311	141.727
2.02.02	Outras Obrigações	10.006	18.062
2.02.02.02	Outros	10.006	18.062
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.900	5.900
2.02.02.02.03	Passivo de direito de uso	3.111	3.079
2.02.02.02.04	Perda com investimentos	0	9.083
2.02.02.02.05	Parcelamentos tributários	995	0
2.03	Patrimônio Líquido	-75.246	-30.044
2.03.01	Capital Social Realizado	34.500	34.500
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-109.746	-64.544

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.246	6.281	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-733	-2.200	0	0
3.03	Resultado Bruto	513	4.081	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.011	-31.181	-8.608	-18.153
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-649	-5.067	-391	-1.990
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	336
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-15	0	-687
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.362	-26.099	-8.217	-15.812
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.498	-27.100	-8.608	-18.153
3.06	Resultado Financeiro	-5.376	-18.102	-1.052	-2.777
3.06.01	Receitas Financeiras	0	3	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.376	-18.105	-1.052	-2.777
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.874	-45.202	-9.660	-20.930
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-11.874	-45.202	-9.660	-20.930
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-11.874	-45.202	-9.660	-20.930
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,3748	-9,0404	-1,932	-4,186



DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-11.874	-45.202	-9.660	-20.930
4.03	Resultado Abrangente do Período	-11.874	-45.202	-9.660	-20.930



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.913	6.830
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	897	-1.688
6.01.01.01	Prejuízo do período	-45.202	-20.930
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	26.099	15.812
6.01.01.03	Provisão de encargos sobre endividamento	17.488	2.742
6.01.01.04	Provisão de encargos sobre arrendamentos	274	0
6.01.01.05	Depreciação e amortização	2.200	0
6.01.01.06	Baixa de ativo	38	0
6.01.01.08	Impairment de ativos	0	688
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.016	8.518
6.01.02.01	Títulos, valores mobiliários e depósitos vinculados	3	0
6.01.02.02	Clientes a receber	1.273	0
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-67	-8
6.01.02.05	Créditos com Partes relacionadas	-1.011	-2.173
6.01.02.06	Outros créditos	-136	8.534
6.01.02.07	Fornecedores	-481	122
6.01.02.08	Obrigações fiscais	92	8
6.01.02.09	Débitos com Partes relacionadas	1.217	2.044
6.01.02.10	Outras obrigações	126	-9
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-76	0
6.02.01	Aquisições de bens do imobilizado	-76	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.595	-9.190
6.03.01	Adiantamentos para futuro aumento de capital	-2.657	2.375
6.03.03	Custo de transação de debêntures apropriados	464	0
6.03.05	Pagamentos de passivo de arrendamento	-289	0
6.03.06	Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	-113	0
6.03.07	Amortizações de empréstimos e debêntures	0	-11.565
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-758	-2.360
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	767	2.484
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9	124

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	34.500	0	0	-64.544	0	-30.044
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	34.500	0	0	-64.544	0	-30.044
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-45.202	0	-45.202
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45.202	0	-45.202
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	34.500	0	0	-109.746	0	-75.246



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	-5.023	0	-5.022
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	-5.023	0	-5.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	34.499	0	0	0	0	34.499
5.04.08	Integralização de capital social	34.499	0	0	0	0	34.499
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-206	0	-20.724	0	-20.930
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.930	0	-20.930
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	-206	0	206	0	0
5.05.03.02	Absorção de prejuízos acumulados	0	-206	0	206	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	206	0	0	0	206
5.06.01	Constituição de Reservas	0	206	0	0	0	206
5.07	Saldos Finais	34.500	0	0	-25.747	0	8.753



DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	6.921	336
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.921	0
7.01.02	Outras Receitas	0	336
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.928	-1.833
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.928	-1.833
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.993	-1.497
7.04	Retenções	-2.200	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.200	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-207	-1.497
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-26.096	-15.812
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-26.099	-15.812
7.06.02	Receitas Financeiras	3	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-26.303	-17.309
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-26.303	-17.309
7.08.01	Pessoal	108	108
7.08.01.04	Outros	108	108
7.08.01.04.01	Prolabore	90	90
7.08.01.04.02	Encargos	18	18
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	671	52
7.08.02.01	Federais	639	3
7.08.02.02	Estaduais	32	49
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.120	3.461
7.08.03.03	Outras	18.120	3.461
7.08.03.03.01	Encargos financeiros sobre dívidas	18.073	2.742
7.08.03.03.02	Outras despesas	47	719
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-45.202	-20.930
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-45.202	-20.930



DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	289.273	301.715
1.01	Ativo Circulante	11.348	10.124
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	147	784
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.504	3.131
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.504	3.131
1.01.03	Contas a Receber	1.517	1.821
1.01.03.01	Clientes	1.517	1.821
1.01.06	Tributos a Recuperar	246	178
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	246	178
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.934	4.210
1.01.08.03	Outros	5.934	4.210
1.01.08.03.01	Créditos com Coligadas	5.449	3.430
1.01.08.03.02	Créditos com Controladores	5	5
1.01.08.03.03	Outros créditos	452	700
1.01.08.03.04	Adiantamento a fornecedores	28	75
1.02	Ativo Não Circulante	277.925	291.591
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.518	5.659
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	3.697
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	3.697
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	4.518	1.962
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	4.518	1.962
1.02.03	Imobilizado	273.321	285.846
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	257.370	269.637
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	15.951	16.209
1.02.04	Intangível	86	86
1.02.04.01	Intangíveis	86	86

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	289.273	301.715
2.01	Passivo Circulante	186.172	168.262
2.01.02	Fornecedores	164	597
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	164	597
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.168	2.943
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	792	2.082
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	765	2.027
2.01.03.01.02	Parcelamentos tributários	27	55
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	375	861
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	180.999	162.462
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	104.324	134.403
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	104.324	134.403
2.01.04.02	Debêntures	76.675	28.059
2.01.05	Outras Obrigações	3.841	2.260
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.578	406
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.578	406
2.01.05.02	Outros	2.263	1.854
2.01.05.02.04	Outras obrigações	501	125
2.01.05.02.05	Passivo de direito de uso	1.762	1.729
2.02	Passivo Não Circulante	178.349	163.497
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	155.311	141.727
2.02.01.02	Debêntures	155.311	141.727
2.02.02	Outras Obrigações	23.038	21.770
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	190
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	0	190
2.02.02.02	Outros	23.038	21.580
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.900	5.900
2.02.02.02.03	Passivo de direito de uso	15.626	15.487
2.02.02.02.05	Parcelamentos tributários	1.512	193
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-75.248	-30.044
2.03.01	Capital Social Realizado	34.500	34.500
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-109.746	-64.544
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-2	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.472	17.490	4.108	8.168
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.427	-7.135	0	-3.606
3.03	Resultado Bruto	2.045	10.355	4.108	4.562
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.819	-11.659	-4.538	-6.835
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.746	-10.534	-4.566	-6.687
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	28	2.123
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-73	-1.125	0	-2.271
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	226	-1.304	-430	-2.273
3.06	Resultado Financeiro	-12.100	-40.174	-9.270	-18.171
3.06.01	Receitas Financeiras	52	259	153	388
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.152	-40.433	-9.423	-18.559
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.874	-41.478	-9.700	-20.444
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-3.724	39	-486
3.08.01	Corrente	0	-27	-540	-1.695
3.08.02	Diferido	0	-3.697	579	1.209
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-11.874	-45.202	-9.661	-20.930
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-11.874	-45.202	-9.661	-20.930
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-11.874	-45.202	-9.661	-20.930
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	-2	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,3748	-9,0408	-1,9322	-41.860



DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-11.874	-45.204	-9.661	-20.930
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-11.874	-45.204	-9.661	-20.930
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-11.874	-45.202	-9.661	-20.930
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	-2	0	0



DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.070	77.291
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.334	3.176
6.01.01.01	Prejuízo do período	-45.204	-20.930
6.01.01.03	Provisão de encargos sobre endividamento	37.030	15.563
6.01.01.04	Provisão de encargos sobre arrendamentos	1.195	742
6.01.01.05	Depreciação e amortização	7.135	3.606
6.01.01.06	Baixa de ativo	481	1.161
6.01.01.07	Impostos diferidos	3.697	-1.209
6.01.01.08	Impairment de ativos	0	688
6.01.01.09	Ajuste a valor presente	0	3.555
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.736	74.115
6.01.02.01	Títulos, valores mobiliários e depósitos vinculados	-373	79.195
6.01.02.02	Clientes a receber	304	-3.936
6.01.02.03	Adiantamento a fornecedores	5.163	1.901
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-68	-139
6.01.02.05	Créditos com Partes relacionadas	-4.575	-6.845
6.01.02.06	Outros créditos	249	3.151
6.01.02.07	Fornecedores	-433	-3.141
6.01.02.08	Obrigações fiscais	111	1.846
6.01.02.09	Débitos com Partes relacionadas	981	3.416
6.01.02.10	Outras obrigações	377	-1.333
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-512	-54.634
6.02.01	Aquisições de bens do imobilizado	-492	-54.634
6.02.02	Aquisições de ativos intangíveis	-20	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.195	-30.058
6.03.02	Efeito caixa - cessão de quotas	0	548
6.03.03	Custo de transação de debêntures apropriados	646	0
6.03.04	Pagamentos de passivo de arrendamento	-1.286	-1.331
6.03.05	Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	-4.484	0
6.03.06	Amortizações de empréstimos e debêntures	-1.081	-29.275
6.03.07	Captações	10	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-637	-7.401
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	784	9.366
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	147	1.965

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	34.500	0	0	-64.544	0	-30.044	0	-30.044
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	34.500	0	0	-64.544	0	-30.044	0	-30.044
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-45.202	0	-45.202	-2	-45.204
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45.202	0	-45.202	-2	-45.204
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	34.500	0	0	-109.746	0	-75.246	-2	-75.248



DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	-5.023	0	-5.022	0	-5.022
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	-5.023	0	-5.022	0	-5.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	34.499	0	0	0	0	34.499	0	34.499
5.04.08	Integralização de capital social	34.499	0	0	0	0	34.499	0	34.499
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-206	0	-20.724	0	-20.930	0	-20.930
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.930	0	-20.930	0	-20.930
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	-206	0	206	0	0	0	0
5.05.03.02	Absorção de prejuízos	0	-206	0	206	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	206	0	0	0	206	0	206
5.06.01	Constituição de Reservas	0	206	0	0	0	206	0	206
5.07	Saldos Finais	34.500	0	0	-25.747	0	8.753	0	8.753



DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	19.252	10.600
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	19.252	8.477
7.01.02	Outras Receitas	0	2.123
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.893	-7.101
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.893	-7.101
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.359	3.499
7.04	Retenções	-8.718	-7.161
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.718	-7.161
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	641	-3.662
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	259	388
7.06.02	Receitas Financeiras	259	388
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	900	-3.274
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	900	-3.274
7.08.01	Pessoal	108	108
7.08.01.04	Outros	108	108
7.08.01.04.01	Prolabore	90	90
7.08.01.04.02	Encargos	18	18
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.320	1.031
7.08.02.01	Federais	1.792	865
7.08.02.02	Estaduais	528	166
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	43.676	16.517
7.08.03.03	Outras	43.676	16.517
7.08.03.03.01	Encargos financeiros sobre dívidas	38.732	14.822
7.08.03.03.02	Outras despesas	4.944	1.695
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-45.204	-20.930
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-45.204	-20.930

1. Contexto operacional

A Platão Capital S.A. ("Sociedade" ou, em conjunto com suas controladas, o "Grupo"), com sede na Av. Paulista, 1471, bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 12 de janeiro de 2023.

A Platão Capital S.A. tem como objetivo principal a participação no capital social de outras sociedades, sejam elas empresárias ou não, ou em fundos de investimento, atuando como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, com foco especial no setor de energia fotovoltaica. A companhia também se dedica à realização de investimentos em geração de energia elétrica de matriz solar fotovoltaica, em suas diversas modalidades, além de atuar na administração de seus próprios bens.

Os projetos realizados pela Companhia, apresentam as seguintes informações em 30 de setembro de 2025:

Unidade	UFV	UF	Potência (MW)	Conexão	Status em 30/09/2025
Filial 1	Loanda	PR	5	22/06/2021 e 15/07/2021	Conectada.
Filial 2	Alto Paraná	PR	2	26/12/2023	Conectada.
Filial 3	Paranavaí	PR	5	22/12/2023	Conectada.
Filial 4	Santa Isabel	PR	2	16/11/2023	Conectada.
Capital II	Maristela	PR	2	16/01/2024	Conectada.
Capital II	Miranda I	MS	2,5	10/01/2025	Conectada.
Capital II	Miranda II	MS	2,5	30/12/2024	Conectada.
Capital II	Cassilândia	MS	2,5	11/04/2025	Conectada.
Capital II	Diamantino	MT	2,5	30/08/2024	Conectada.
Capital III	Paraíso do Norte	PR	2,5	28/06/2024	Conectada.
Capital III	Apucarana	PR	2,5	15/04/2024	Conectada.
Capital III	Manoel Ribas	PR	2,5	12/07/2024	Conectada.
Capital III	Guapirama	PR	2,5	11/11/2024	Conectada.
Capital III	São João do Caiuá	PR	2,5	22/03/2024	Conectada.
Capital III	Mamborê	PR	2,5	10/05/2024	Conectada.
Capital III	Dourados	PR	2,5	24/06/2024	Conectada.
Capital III	Campo Grande	PR	2,5	19/11/2024	Conectada.

1.1. Participações societárias

Investidas	Atividades	% Participação	
		30/09/2025	Participação
SPRS Platão Capital II S.A. (i)	Holding e geração de energia elétrica	99,98%	Direta
SPRS Platão Capital III S.A. (ii)	Holding e geração de energia elétrica	99,98%	Direta

(i) Sociedade constituída em 1º de março de 2023, destinada a ser uma *holding* de empresas destinadas para a geração de energia distribuída;

(ii) Sociedade constituída em 10 de agosto de 2021, destinada a ser uma *holding* de empresas destinadas para a geração de energia distribuída. A Platão Capital iniciou a sua participação societária em 10 de março de 2023;

1.2. Filiais – SPRS Platão Capital II S.A.

Unidade	UFV	UF	Potência (MW)
Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A.	Maristela	PR	2
Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A.	Miranda I e II	MS	5
Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A.	Diamantino e Cassilândia	MT e MS	5

A controlada SPRS Platão Capital II S.A. realizou em 28 de fevereiro de 2025 a incorporação contábil das empresas Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A., Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A. e Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A., desse modo, na mesma data as usinas tornaram-se filiais da Companhia. A incorporação societária ainda está em andamento.

Abaixo, apresentamos o quadro demonstrativo do patrimônio líquido contábil das empresas incorporadas. Conforme definido no protocolo da incorporação, as variações patrimoniais das incorporadas ocorridas entre a data de elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido e a data efetiva da incorporação foram integralmente absorvidas pela SPRS Platão Capital II S.A. e registradas diretamente em suas demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial (em R\$ mil)	USP 5	USP 6	SP 7	Total
Contas a receber de clientes	257	42	54	354
Transações entre partes relacionadas	67	1.561	1.235	2.863
Ativo de direito de uso	395	1.917	3.422	5.734
Imobilizado	13.569	34.301	34.020	81.890
Outros ativos	99	223	766	1.088
Total dos ativos	14.387	38.044	39.497	91.929
Passivo de arrendamento	(427)	(2.011)	(3.637)	(6.075)
Transações entre partes relacionadas	(2.759)	(9.577)	(9.303)	(21.639)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(8.050)	(19.524)	(20.535)	(48.109)
Outros passivos	(203)	(334)	(125)	(662)
Total dos passivos	(11.439)	(31.446)	(33.599)	(76.485)
Capital social	(3.085)	(7.709)	(7.709)	(18.503)
Prejuízos acumulados	137	1.111	1.811	3.059
Total do patrimônio líquido	(2.948)	(6.598)	(5.898)	(15.444)
Total dos passivos e patrimônio líquido	(14.388)	(38.044)	(39.497)	(91.929)

1.3. Continuidade Operacional

Durante o período encerrado em 30 de setembro de 2025, a Companhia apurou prejuízos de R\$ 45.202 na controladora e R\$ 45.204 no consolidado. O patrimônio líquido permaneceu a descoberto, totalizando R\$ 75.246 na controladora (R\$ 30.044 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 75.248 no consolidado (R\$ 30.044 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, o capital circulante líquido apresentou saldo negativo de R\$ 7.899 na controladora e R\$ 174.824 no consolidado.

Em função dessa situação patrimonial e dos impactos na avaliação da continuidade operacional, a Companhia adotou diversas medidas de renegociação e reestruturação de dívidas.

A Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), realizada em 12 de junho de 2025, aprovou a prorrogação da data de vencimento da debênture PLAC41, originalmente prevista para 20 de maio de 2025, para 20 de novembro de 2025. Conforme mencionado na nota de evento subsequente nº 28 a Companhia busca a formalização do waiver e a definição de um novo cronograma de pagamento.

O saldo referente ao CRI da 173ª emissão, de 26 de outubro de 2023, foi reclassificado para o curto prazo em razão do descumprimento de índices financeiros e cláusulas contratuais, as informações detalhadas dos covenants quebrados estão na nota explicativa 12.10. Conforme nota de evento subsequente Nº 28, foi lavrada a Ata da Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 173ª Emissão da Opea Securitizadora S.A. (CRI 173), na qual foi formalizada a não declaração da recompra compulsória dos Créditos Imobiliários e, conseqüentemente, o não resgate dos CRI 173.

O saldo da PLII11 também foi reclassificado para o curto prazo em decorrência do não atingimento do ICSD. Conforme nota de evento subsequente Nº 28, a Companhia encontra-se em tratativas para regularização das obrigações contratuais.

Com o objetivo de recompor o fluxo de caixa operacional a Administração, está negociando com os credores um novo cronograma de pagamento das dívidas, e avalia alternativas estratégicas, incluindo potenciais processos de fusão ou incorporação com outras empresas, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

Apesar dessas ações, o baixo nível de faturamento registrado no período, somado ao intervalo necessário para que as usinas fotovoltaicas recentemente concluídas iniciem a geração de retorno financeiro estimado em cerca de três meses após a conclusão das obras, ocorrida majoritariamente no segundo semestre de 2024, mantém um cenário de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias individual e consolidadas

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

No caso das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas diferem somente no que se refere à capitalização na controladora de juros incorridos por entidade distinta daquelas em que estão os ativos qualificáveis.

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia optou por apresentar essas informações em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, tais como capacidade produtiva esperada, dados contratuais, projeções e seguros, não foram revisados pelo auditor independente.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de dezembro de 2025.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, que foram reconhecidas pelo seu valor justo conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.4. Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

A composição societária de representatividade de cada companhia que compõem o consolidado estão expressos na nota 1.1 acima, onde apresenta a representatividade da companhia em suas controladas.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas:

- Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial;
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas (operações entre partes relacionadas), e,
- As despesas financeiras da controladora são reconhecidas nas demonstrações intermediárias financeiras individuais no resultado do exercício e nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas são reconhecidas, quando qualificáveis, aos itens do ativo imobilizado no processo de consolidação para adequação à prática contábil especificada no CPC 20R1 – Custo de empréstimos. Não existem diferenças entre o patrimônio líquido e resultado da controladora e consolidado.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social dessas companhias coincide com o da controladora.

3. Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações financeiras intermediárias estão definidas a seguir.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários a vista e outros Investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido(s) de saldo de contas garantidas.

3.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, conforme Deliberação CVM nº 76/22. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia e suas controladas gerenciam e tomam as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo VJR. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, e reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

i) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

a) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia e suas controladas desconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

i) Ativos financeiros não derivativos – Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos

e

recebíveis

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandem um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

ii) Passivos financeiros não derivativos – Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

b) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

3.3 Reconhecimento de Receita

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com clientes, reconhecendo a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos são celebrados com clientes para a disponibilização dos sistemas de geração de energia fotovoltaica (“SGE”), sendo a obrigação de desempenho a manutenção da disponibilidade do SGE, permitindo ao cliente a compensação dos créditos de energia gerados. O preço da transação é variável e corresponde ao valor contratual definido com base nos créditos efetivamente compensados e nas tarifas vigentes da distribuidora, sendo integralmente alocado a essa obrigação única. A receita é reconhecida ao longo do tempo, mensalmente, à medida que os créditos de energia são gerados e compensados.

3.4. Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos são juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos para a aplicação em ativos qualificáveis. A Companhia e suas controladas realizam a capitalização dos custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo. A Companhia e suas controladas reconhecem os outros custos de empréstimos como despesa no período em que são incorridos.

A Administração da Companhia e suas controladas realizam a capitalização dos juros e custos dos empréstimos quando as seguintes condições são atendidas:

- Incorre em gastos com o ativo;
- Incorre em custos de empréstimos;
- Inicia as atividades que são necessárias ao preparo do ativo para seu uso ou venda.

3.5. Custos de transação

A Administração registra o montante inicial dos recursos captados de terceiros, classificáveis no passivo circulante e não circulante, ao seu valor justo líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidênciação do valor líquido recebido.

3.6. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações financeiras intermediárias requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e suas controladas não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos em 30 de setembro de 2025, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras. As principais estimativas estão contempladas a seguir:

- a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)
- b) Provisões para contingências (nota explicativa nº 25)
- c) Cálculo dos impostos diferidos (nota explicativa nº 23)
- d) *Impairment* de ativos não financeiros (nota explicativa nº 9)

3.7. Investimentos em controladas

A participação societária em controladas está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas informações financeiras individuais. Nas informações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora.

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia e suas controladas detêm o controle. Uma controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia e suas controladas deixam de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos (incluindo passivos contingentes) assumidos para a aquisição de uma controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

3.8. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas alugam imóveis não residenciais e em áreas rurais. Em geral os contratos são realizados por períodos fixos de vinte e cinco a trinta anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia ou uma de suas investidas é o arrendatário, opta-se por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;

- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Administração:

- Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia e suas controladas, sem financiamento recente com terceiros; e
- Faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Companhia e suas controladas estão expostas a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Administração estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

(i) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia ou por suas controladas, e não pelo respectivo arrendador.

3.9. Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia e suas controladas possuem ativos depreciables, compostos por edificações, painéis solares, máquinas e outros equipamentos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10
Edificações	40
Instalações – Postes	40
Instalações – Diversas	10
Máquinas e equipamentos - Diversos	10
Máquinas e equipamentos – Elétricos I	25
Máquinas e equipamentos – Elétricos II	30
Painéis solares	25

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

3.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida

O ativo intangível compreende as licenças de uso das áreas utilizadas para exploração da atividade da companhia e suas controladas. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis atualmente definidas em 05 anos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem os encargos financeiros incorridos na captação de recursos de terceiros, apropriados ao resultado em função da fluência do prazo.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias brasileiras promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e demais investidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Se necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.14. Seguimento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia e suas controladas detém ativos substancialmente vinculados ao segmento de geração de energia fotovoltaica. Atualmente, sua principal atividade operacional consiste no arrendamento dessas usinas a consórcios e associações integrantes do grupo econômico da Companhia e suas controladas. Os contratos de arrendamento preveem que a receita seja reconhecida com base no consumo efetivo da energia gerada pelas usinas, refletindo a natureza variável da contraprestação.

Em 30 de setembro de 2025, 100% das usinas estavam concluídas e conectadas à rede elétrica.

3.15. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.16. Demonstração do Fluxo de Caixa ("DFC")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.17. Resultado por ações

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do lucro ou prejuízo por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias totais em poder dos acionistas. O cálculo do lucro/prejuízo diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

4.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	As emendas publicadas em maio de 2024 fornecem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados à governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características semelhantes, além de estabelecer diretrizes para a liquidação de passivos por meio de sistemas eletrônicos de pagamento.	1º de janeiro de 2026
Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	As emendas publicadas em dezembro de 2024 têm o objetivo de aprimorar a transparência na comunicação dos impactos financeiros de contratos de eletricidade dependentes de fatores naturais, geralmente estruturados como Acordos de Compra de Energia (PPAs). As atualizações esclarecem a aplicação dos critérios de "uso próprio", viabilizando a contabilidade de hedge quando esses contratos forem utilizados como instrumentos de proteção, além de introduzir novos requisitos de divulgação para facilitar a compreensão dos investidores.	1º de janeiro de 2026
Alteração IFRS 18/ CPC 26	A norma IFRS 18, publicada em abril de 2024, substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e estabelece novos requisitos para aprimorar a transparência na divulgação do desempenho financeiro das companhias. Entre as principais mudanças, estão: a introdução de três categorias para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos –, além de novos subtotais, incluindo o lucro operacional; maior detalhamento sobre indicadores internos de desempenho, definidos pela administração; diretrizes mais claras sobre a organização das informações, especificando se devem constar nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas; mais transparência na apresentação das despesas operacionais; e regras específicas sobre a classificação de receitas e despesas operacionais.	1º de janeiro de 2027

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Caixa	-	3	-	3
Total Caixa		3	-	3
Bancos				
Banco do Brasil	-	1	-	1
Banco Itaú	7	649	144	665
Banco Vortx	2	97	2	97
Banco Daycoval	-	17	1	18
Total Bancos	9	764	147	781
Total de caixa e equivalentes de caixa	9	767	147	784

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Aplicações compromissadas - CRI (i)	1	4	3.504	3.131
Total	1	4	3.504	3.131

(i) Para manutenção e de acordo com as cláusulas de empréstimos e financiamentos obtidas (CRI) a companhia detém a obrigação de manutenção de saldos de reserva que visam garantir a liquidez e o pagamento de algumas parcelas da dívida em caso de inadimplência. Em 30 de setembro de 2025, a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% a.a. do CDI (100% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber de clientes

7.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Aluguéis a receber (i)	-	1.273	1.517	1.821
Total	-	1.273	1.517	1.821

(i) Valores a receber decorrentes de locação do sistema de geração de energia ("SGE") das usinas em operação do Grupo. Tais recebíveis são devidos pelas empresas Associação de Geração Distribuída PLIN e Consórcio de Geração Distribuída PLIN, partes relacionadas da Companhia.

7.2. Aging list

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
A vencer	-	1.009	1.079	1.290
Vencidos				
De 01 a 30 dias	-	18	311	18
De 31 a 60 dias	-	246	127	441
De 121 a 180 dias	-	-	-	72
Total	-	1.273	1.517	1.821

A companhia e suas investidas não realizam AVP em contas a receber de clientes em virtude do curto período de realização de seus saldos.

8. Investimentos

8.1. Investimentos diretos

Investimentos	31/12/2024			Integralização de capital social	Resultado de equivalência patrimonial	30/09/2025	
	Saldos em investimentos	Reclassificação de Obrigações com investidas	AFAC			Saldos em investimentos	Obrigações com investidas
SPRS II	20.046	(9.083)	(17.389)	20.046	(11.961)	1.659	-
SPRS III	17.413	-	-	-	(14.139)	3.274	-
Total	37.459	(9.083)	(17.389)	20.046	(26.100)	4.933	-

Investimentos	31/12/2023			Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024	
	Saldos em investimentos	Obrigações com investidas	AFAC		Saldos em investimentos	Obrigações com investidas
SPRS II	17.941	(1.088)	2.105	(7.995)	20.046	(9.083)
SPRS III	39.760	-	(4.465)	(17.882)	17.413	-
EGF 20	1	-	(1)	-	-	-
UFV Oliveira I	1	-	(1)	-	-	-
UFV Tozoni II	1	-	(1)	-	-	-
Total	57.704	(1.088)	(2.363)	(25.877)	37.459	(9.083)

Saldo das investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
SPRS II	90.450	91.448	10.961	(11.960)
SPRS III	130.601	127.327	17.413	(14.140)
30 de setembro de 2025	221.051	218.775	28.374	(26.100)

9.2. Investimentos indiretos através da SPRS Platão Capital II S.A.

Investimentos	Saldo em 31/12/2024	AFAC	Resultado de equivalência patrimonial	Baixa de investimento por incorporação	30/09/2025
					Saldos em investimentos
USP 5 (i)	10.859	109	30	(10.998)	-
USP 6 (ii)	26.341	129	(348)	(26.122)	-
SP 7 (iii)	26.696	172	(435)	(26.433)	-
Total	63.896	410	(753)	(63.553)	-

Investimentos	Saldo em 31/12/2023	AFAC	Integralização de capital social	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024
					Saldos em investimentos
USP 5 (i)	11.210	(327)	-	(24)	10.859
USP 6 (ii)	22.395	4.602	-	(656)	26.341
SP 7 (iii)	19.748	8.178	-	(1.230)	26.696
Total	53.353	12.453	-	(1.910)	63.896

(i) Em 02 de junho de 2023, foi constituída a companhia Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A., representado 3.085.000 de ações ordinárias com preço total de R\$ 3.085 mil, sendo integralizadas na data de aquisição. A transação não constituiu combinação de negócios;

(ii) Em 02 de junho de 2023, foi constituída a companhia Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A., representado 7.709.000 de ações ordinárias com preço total de R\$ 7.709 mil, sendo integralizadas na data de aquisição. Em 31 de julho de 2023 foi autorizado o aumento do capital para R\$ 36.505 mil mediante a emissão de 36.500.000 novas ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas pela Platão Capital S.A. A transação não constituiu combinação de negócios;

(iii) Em 02 de junho de 2023, foi constituída a companhia Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A., representado 7.709.000 de ações ordinárias com preço total de R\$ 7.709 mil, sendo integralizadas na data de aquisição. A transação não constituiu combinação de negócios.

A SPRS Platão Capital II S.A. realizou em 28 de fevereiro de 2025 a incorporação contábil das companhias Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A, Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A. e Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A., desse modo, na mesma data as usinas tornaram-se filiais da Companhia. A incorporação societária ainda está em andamento.

9. Imobilizado

9.1. Composição

	Taxa média de depreciação anual	Controladora			31/12/2024
		30/09/2025			
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Equipamentos informáticas	20%	26	(18)	8	13
Móveis e utensílios	10%	4	(2)	2	2
Edificações	2,50%	15.077	(833)	14.244	14.527
Instalações – Postes	2,50%	4.265	(206)	4.059	4.139
Instalações – Diversas	10%	5.667	(1.926)	3.741	4.165
Máquinas e equipamentos - Diversos	10%	651	(228)	423	472
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	4%	8.336	(996)	7.340	7.589
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	3,33%	2.912	(254)	2.658	2.730
Painéis solares	4%	37.081	(3.651)	33.430	34.505
Total	-	74.019	(8.114)	65.905	68.142

	Taxa média de depreciação (a.a.)	Consolidado			31/12/2024
		30/09/2025			
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Usinas em construção - Imobilizado em andamento	-	-	-	-	31.728
Equipamentos informáticas	20%	30	(18)	12	13
Móveis e utensílios	10%	4	(2)	2	2
Edificações	2,50%	105.742	(3.431)	102.311	90.957
Instalações – Postes	2,50%	14.127	(523)	13.604	13.582
Instalações – Diversas	10%	6.580	(1.995)	4.585	4.529
Máquinas e equipamentos - Diversos	10%	687	(245)	442	504
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	4%	13.271	(1.284)	11.987	12.819
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	3,33%	7.313	(461)	6.852	7.439
Painéis solares	4%	116.444	(7.420)	109.024	101.460
Parecer de acesso (i)	4%	8.941	(390)	8.551	6.604
Total	-	273.139	(15.769)	257.370	269.637

(i) Direito de uso a conexão à rede de distribuição de energia elétrica. O ativo corresponde às Usinas de São João do Caiuá, Apucarana, Mamborê e Dourados. O projeto será amortizado conforme vida útil dos ativos associados na construção da Usinas.

O imobilizado é composto, majoritariamente, pelos equipamentos necessários para a operação de geração de energia solar. Para o exercício findo em 31 de setembro de 2025 não foram identificadas variáveis que possam gerar algum indicativo de perda ao valor recuperável desses ativos.

9.2. Movimentação

Descrição	Controladora				30/09/2025
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Equipamentos de informática	13	-		(5)	8
Móveis e utensílios	2	-		-	2
Edificações	14.527	-		(283)	14.244
Instalações – Postes	4.139	-		(80)	4.059
Instalações – Diversas	4.165	-		(424)	3.741
Máquinas e equipamentos – Diversos	472	-		(49)	423
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	7.589	-		(249)	7.340
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	2.730	39	(38)	(73)	2.658
Painéis solares	34.505	37		(1.112)	33.430
Total	68.142	76	(38)	(2.275)	65.905

Descrição	Controladora				31/12/2024
	31/12/2023	Incorporação	Depreciação		
Equipamentos de informática	-	14	(1)		13
Móveis e utensílios	-	2	-		2
Edificações	-	14.590	(63)		14.527
Instalações – Postes	-	4.157	(18)		4.139
Instalações – Diversas	-	4.259	(94)		4.165
Máquinas e equipamentos – Diversos	-	483	(11)		472
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	-	7.645	(56)		7.589
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	-	2.746	(16)		2.730
Painéis solares	-	34.752	(247)		34.505
Total	-	68.648	(506)		68.142

Descrição	Consolidado						30/09/2025
	31/12/2024	Aquisições	Reclassificações	Transferências	(-) Baixas	Depreciação	
Usinas em construção	31.728	21	(7.763)	(23.986)		-	-
Equipamentos de informática	13	3	-	-		(4)	12
Móveis e utensílios	2	-	-	-		-	2
Edificações	90.957	-	-	13.702	(423)	(1.925)	102.311
Instalações – Postes	13.582	-	-	285		(263)	13.604
Instalações – Diversas	4.529	358	-	178		(480)	4.585
Máquinas e equipamentos – Diversos	504	-	-	(10)		(52)	442
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	12.819	-	-	(421)		(411)	11.987
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	7.439	60	-	(379)	(38)	(230)	6.852
Painéis solares	101.460	50	-	11.068	(20)	(3.534)	109.024
Parecer de acesso	6.604	-	2.647	(437)		(263)	8.551
Total	269.637	492	(5.116)	-	(481)	(7.162)	257.370

Descrição	Consolidado								
	31/12/2023	Aquisições	Reclassificações	Consolidação de novas investidas	Transferências	Juros capitalizados	Impairment	Depreciação	31/12/2024
Usinas em construção	131.285	49.320	719	-	(161.853)	18.345	(6.088)	-	31.728
Equipamentos de informática	-	8	-	9	-	-	-	(4)	13
Móveis e utensílios	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Edificações	-	3.330	-	14.809	74.056	-	-	(1.238)	90.957
Instalações – Postes	-	-	-	4.219	9.577	-	-	(214)	13.582
Instalações – Diversas	-	19	-	4.590	370	-	-	(450)	4.529
Máquinas e equipamentos – Diversos	-	21	-	506	28	-	-	(51)	504
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	-	217	-	7.840	5.139	-	-	(377)	12.819
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	-	465	-	2.750	4.382	-	-	(158)	7.439
Painéis solares	-	-	-	35.617	68.301	-	-	(2.458)	101.460
Parecer de acesso	-	-	6.731	-	-	-	-	(127)	6.604
Total	131.285	53.380	7.450	70.342	-	18.345	(6.088)	(5.077)	269.637

No exercício de 2024 foram capitalizados os juros e encargos financeiros sobre as dívidas relacionadas à construção das usinas das companhias SPRS III, USP 6 e SP 7, totalizando o montante de R\$ 18.345. A taxa média de capitalização dos juros foi de 16,21%.

Teste de Impairment

A Companhia avaliou, por meio de teste do valor recuperável, o saldo registrado de seus ativos imobilizados, resultando no reconhecimento de *impairment* de R\$ 6.088 para o período findo em 31/12/2024 e 30/09/2025.

As premissas e estimativas utilizadas para o cálculo são avaliadas anualmente pela Administração.

Garantias

Parte dos ativos imobilizados estão vinculados às garantias físicas, mediante alienação fiduciária, das dívidas mencionadas na nota explicativa nº 12 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

Abaixo, apresentamos o quadro demonstrativo dos equipamentos mantidos como garantia física.

SPRS Capital II S.A. (Não revisado)

Equipamento	Fabricante	Modelo	Valor
Painéis fotovoltaicos	Risen	Bifacial – 665W	21.221
Inversores 125	Sungrow	SG125	2.996
Inversores 250	Sungrow	SG250	
Inversores 333	Sungrow	SG333	
Estrutura de fixação	SSM	Aço Galvanizado	4.408
Estrutura de fixação	Dynamo	Aço Galvanizado	
Total			28.625

SPRS Capital III S.A. (Não revisado)

Equipamento	Fabricante	Modelo	Valor
Painéis fotovoltaicos e inversores	Risen / Sungrow	660W/125KW	9.675
Painéis fotovoltaicos e inversores	Risen / Sungrow	660W/250KW	23.322
Painéis fotovoltaicos e inversores	Risen / Sungrow	660W/250KW+333KW	4.580
Estrutura de fixação	Dynamo	Fixa	7.553
Total			45.130

10. Ativos de direito de uso

10.1. Composição

	Prazo de vigência dos contratos	Controladora	
		Custo 30/09/2025	Custo 31/12/2024
Direito de uso de imóveis rurais	25 anos	3.595	3.539
(-) Amortização acumulada	-	(550)	(443)
Total	-	3.045	3.096

	Prazo de vigência dos contratos	Consolidado	
		Custo 30/09/2025	Custo 31/12/2024
Direito de uso de imóveis rurais	25 anos	17.681	17.417
(-) Amortização acumulada	-	(1.730)	(1.208)
Total	-	15.951	16.209

Para que os contratos fossem reconhecidos conforme a segunda revisão do CPC 06 (R2) Arrendamentos, a Administração determinou que os contratos devem atender os seguintes critérios: (i) materialidade, sendo que os montantes devem possuir fluxo e pagamento com valores relevantes; e (ii) longo prazo, uma vez que os contratos devem ter prazos superior a 1 ano, após o encerramento das informações financeiras intermediárias.

A Administração estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia e de suas investidas. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
25 anos	9,82%
30 anos	9,82%

10.2. Movimentação

Descrição	31/12/2024	Atualização	Amortização	Controladora
				30/09/2025
Direito de uso	3.096	57	(108)	3.045
Total	3.096	57	(108)	3.045

Descrição	31/12/2023	Incorporação	Amortização	Controladora
				31/12/2024
Direito de uso	-	3.120	(24)	3.096
Total	-	3.120	(24)	3.096

Descrição	31/12/2024	Atualização	Amortização	Consolidado
				30/09/2025
Direito de uso	16.209	265	(523)	15.951
Total	16.209	265	(523)	15.951

Descrição	31/12/2023	Novos contratos	Atualização	Consolidação de novas investidas	Amortização	Consolidado
						31/12/2024
Direito de uso	11.279	2.383	31	3.156	(640)	16.209
Total	11.279	2.383	31	3.156	(640)	16.209

11. Transações entre partes relacionadas

Natureza da operação		Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Platão Energia (i)	Adiantamentos	77	2.172	1.441	2.390
Platão Investimentos	Outros créditos	5	5	6	5
Associação de Geração Distribuída Plin (ii)	Adiantamentos	-	-	4.007	1.040
Total do ativo circulante		82	2.177	5.454	3.435
Ativo não circulante					
PLIN Energia	Mútuos	-	-	379	1.962
Platão Energia (i)	Adiantamentos	-	-	4.139	
SPRS II (iii)	Mútuos	11.290	6.330	-	-
SPRS III (iii)	Mútuos	12.728	9.621	-	-
USP 5 (iv)	Outros créditos	-	1.625	-	
USP 6 (v)	Outros créditos	-	2.000	-	-
SP 7 (v)	Outros créditos	-	1.335	-	-
Total do ativo não circulante		24.018	20.911	4.518	1.962
Total Ativo		24.100	23.088	9.972	5.397
Passivo circulante					
Platão Energia	Rateio de despesas CSC	-	361		378
PLIN Energia	Rateio de despesas CSC	-	-		-
Associação de Geração Distribuída Plin	Adiantamentos	-	-		28
Consórcio de Geração Distribuída Plin	Adiantamentos	1.578		1.578	
Total do passivo circulante		1.578	361	1.578	406
Passivo não circulante					
Associação de Geração Distribuída Plin	Adiantamentos	-	-	-	190
Total Passivo		1.578	361	1.578	596

(i) Saldo correspondente a adiantamento por serviços de engenharia prestados pela Platão Energia;

(ii) Valores correspondentes a pagamento de despesas do CRI 173ª pela SPRS Platão Capital III em nome da Associação de Geração Distribuída Plin, em virtude de a Associação figurar como Devedora da dívida;

(iii) Saldo de mútuos com as companhias controladas SPRS Platão Capital II S.A. e SPRS Platão Capital III S.A., referente a capitalização dos juros das dívidas a serem recebidos em até 12 meses;

Os contratos de mútuos foram firmados sob condições específicas entre as partes, não necessariamente equivalentes às praticadas em transações de mercado.

(iv) Saldo a receber da USP 5 decorrente de operação de cessão de passivos à Companhia;

(v) Correspondente ao registro dos pareceres de acesso nas obras sob responsabilidade da USP 6 e SP 7.

11.1. Receitas, custos e despesas com partes relacionadas

Natureza da operação	Período de nove meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receita operacional líquida	6.281	-	17.490	8.168
Custos	(2.200)	-	(7.135)	(3.606)
Despesas	(3.667)	(561)	(6.747)	(2.761)
Total	414	(561)	3.608	1.801

Natureza da operação	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receita operacional líquida	1.246	-	4.472	4.108
Custos	(733)	-	(2.427)	(1.876)
Despesas	(187)	-	(917)	(1.372)
Total	326	-	1.128	860

11.2. Receitas, custos e despesas com partes relacionadas

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, a remuneração do pessoal chave da administração da Companhia foi de R\$ 90.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

12.1. Composição

Operação	Taxa média a.a.	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Debêntures privadas - PLAC 41	11,76% a.a. + IPCA	1.195	1.124	1.195	1.124
Debêntures 1ª série - PLAC 13 e 23	11,43% a.a. + IPCA	160.033	142.265	160.033	142.265
Debêntures 1ª Série - PLII 11	2,5 % a.a. + CDI	-	-	70.747	62.418
CRI 173ª	11% a.a. + IPCA	-	-	104.325	98.382
Conta garantida rotativa – Banco Itaú	15,69% a.m.	-	-	10	-
Total		161.228	143.389	336.310	304.189
Curto prazo		5.917	1.662	180.999	162.462
Longo prazo		155.311	141.727	155.311	141.727

12.2. Movimentação

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	143.389	80.352	304.189	237.636
Efeito assunção de passivos - Cessão de quotas/ações (usinas de 1 a 4)	-	39.393	-	39.393
Captações	-	150.000	10	150.000
Custos de transação apropriados	464	7.093	646	7.333
Juros e encargos apropriados	17.488	17.568	37.030	41.805
Custos de emissão pagos	-	(4.716)	-	(4.716)
Deságio de emissão	-	(5.791)	-	(5.791)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(113)	-	(4.484)	-
Amortizações de empréstimos e debêntures	-	(140.510)	(1.081)	(161.471)
Saldo em 30 de setembro de 2025	161.228	143.389	336.310	304.189

Cronograma inicialmente previsto	30/09/2025
2025	15.091
2026	3.345
2027	3.299
2028	3.843
2029	5.763
2030	5.107
2031	5.828
2032	8.449
2033	7.948
2034	8.227
2035	9.855
2036	13.324
2037	92.850
2038	33.179
2039	21.734
2040	27.521
2041	38.256
2042	32.691
Total	336.310

12.3. Debêntures PLAC 11

Debêntures 1ª série - PLAC 11	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	28.340
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	-	2.247
Juros e encargos apropriados	-	4.237
Amortizações	-	(34.824)
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-

Em 27 de março de 2023, a Companhia concluiu a 1ª emissão pública por meio da emissão de 27.500 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 27.500 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 2.500 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortx DTVM Ltda.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total das debêntures mediante resgate antecipado.

12.4 Debêntures PLAC 21

Debêntures 2ª série - PLAC 21	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	27.830
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	-	2.267
Juros e encargos apropriados	-	4.169
Amortizações	-	(34.266)
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-

Em 27 de abril de 2023, a Companhia concluiu a 2ª emissão pública por meio da emissão de 27.500 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 27.500 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 2.500 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total das debêntures mediante resgate antecipado.

12.5 Debêntures PLAC 31

Debêntures 3ª série - PLAC 31	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	23.078
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	-	2.328
Juros e encargos apropriados	-	2.939
Amortizações	-	(28.345)
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-

Em 26 de junho de 2023, a Companhia concluiu a 3ª Emissão pública por meio da emissão de 27.500 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 27.500 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 2.500 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total das debêntures mediante resgate antecipado.

12.6 Debêntures PLAC 41

Debêntures privadas - PLAC 41	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	1.123	1.104
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	21	26
Juros e encargos apropriados	164	210
Amortizações	(113)	(217)
Saldo final	1.195	1.123
Curto prazo	1.195	1.123

Cronograma inicialmente previsto	30/09/2025
2025	65
2029	125
2030	113
2031	101
2032	91
2033	700
Total	1.195

Em 28 de junho de 2023, a Companhia concluiu a 2ª emissão de Debêntures simples, em série única, privada por meio da emissão de 1.250 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 1.250 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

12.6.1 Garantias

As debêntures são garantidas por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão do emissor e das SPEs de Novos Projetos que serão incorporadas, decorrente do acordo de acionistas. Conta ainda com a cessão fiduciária de todos os direitos econômicos e/ou patrimoniais inerentes das ações alienadas fiduciariamente de novos projetos, pelo prazo necessário para cumprimento das obrigações garantidas.

12.6.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente e não identificou descumprimentos.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados a seguir acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures:

- Caso a razão entre a dívida líquida do Emissor e o *equity value* da Emissora verificado semestralmente permaneça em patamar maior do que 70% (setenta por cento), consideradas para efeito de cálculo da dívida líquida e *equity value* da Emissora;
- Realização de pagamentos de dividendos, juros sobre o capital próprio, resgate ou amortização de ações ou qualquer outro pagamento para os acionistas, caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") do Emissor esteja inferior a 1,30x (um inteiro e trinta centésimos vezes). Ainda, o Emissor será proibido de criar, substituir ou onerar quaisquer direitos de garantia sobre os dividendos;
- Caso não ocorra, o registro na CVM, na categoria aberto tipo B da resolução 80 da CVM, até a data de 30 de março de 2026;
- Caso não seja constituída as devidas garantias reais dentro do prazo de 180 dias contados da emissão das debêntures.
- Cálculo do ICSD = EBITDA – Impostos de renda e contribuição social/(amortização + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos).

EBITDA = Receita operacional líquida – custos dos produtos e serviços prestados – despesas comerciais, gerais e administrativas + depreciação e amortização + outras receitas operacionais com efeito caixa.

Os índices estabelecidos serão objetos de verificação semestral.

12.7 Debêntures PLII 11

Debêntures 1ª série - PLII 11	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	62.418	61.594
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	179	240
Juros e encargos apropriados	8.150	9.427
Amortizações	-	(8.843)
Saldo final	70.747	62.418
Curto prazo	70.747	62.418
Longo prazo	-	-

Cronograma inicialmente previsto	30/09/2025
2025	1.114
2026	3.235
2027	3.235
2028	3.235
2029	3.882
2030	3.882
2031	3.882
2032	4.529
2033	4.529
2034	5.176
2035	5.176
2036	5.823
2037	5.823
2038	17.226
Total	70.747

Em 27 de março de 2023, a investida Platão Capital II concluiu a emissão pública em série única, por meio da emissão de 64.700 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de desenvolver futuros projetos de construção e operação de 03 (três) unidades de usinas de minigeração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.

O montante total captado foi de R\$ 64.700 mil e a operação foi pactuada com taxa de juros correspondente à remuneração de 10,17% a.a. + IPCA., com vencimento final em 31 de janeiro de 2038. Os custos de emissão totalizaram R\$ 3.560 mil e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

12.7.1 Garantias

As debêntures são garantidas por cessão fiduciária dos direitos sobre a conta vinculada e conta da associação da emissora, bem como os recebíveis e créditos depositados, por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da emissora e totalidade das quotas de emissão das fiadoras (Platão Investimentos Ltda. e Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 Ltda.) e pela alienação fiduciária da totalidade dos bens e equipamentos de cada um dos projetos, os quais foram mencionados na nota explicativa nº 9 – Imobilizado.

12.7.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente.

Alterações ou readequações de características técnicas dos Projetos que, em qualquer tempo, não sejam previamente autorizadas pela Aneel, conforme aplicável, e/ou que causem efeito adverso relevante.

Cálculo do ICSD semestral = EBITDA – Impostos de renda e contribuição social/(amortização + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos).

EBITA = Receita operacional líquida – custos dos produtos e serviços prestados – despesas comerciais, gerais e administrativas + depreciação e amortização + outras receitas operacionais com efeito caixa.

O ICSD apurado não pode ser inferior a 1,15x.

O índice de cobertura do serviço de dívida apurado em 30 de setembro de 2025 foi -1,28x.

12.8 Debêntures PLAC 13 e PLAC 23

Debêntures - PLAC 13 e PLAC 23	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	142.265	-
Captações	-	150.000
Custos de emissão pagos	-	(4.716)
Deságio de emissão	-	(5.791)
Juros e encargos apropriados	17.322	2.772
Custos de transações apropriados	446	-
Amortizações	-	-
Saldo final	160.033	142.265
Curto prazo	4.722	538
Longo prazo	155.311	141.727

Cronograma inicialmente previsto	30/09/2025
2025	1.647
2029	1.650
2030	1.012
2031	1.650
2032	3.300
2033	2.200
2034	1.980
2035	3.300
2036	2.392
2037	4.747
2038	15.953
2039	21.734
2040	27.521
2041	38.256
2042	32.691
Total	160.033

Em 30 de outubro de 2024, a Companhia concluiu a 3ª Emissão de debêntures simples, em duas séries, por meio da emissão de 150.000 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de realizar a quitação das debêntures PLAC 11, PLAC 21 e PLAC 31 e do CRI 86^a.

O montante total captado foi de R\$ 150.000 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,43% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de junho de 2043.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 4.716 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortx DTVM Ltda.

12.8.1 Garantias

As debêntures são garantidas por cessão fiduciária dos direitos sobre a conta vinculada e conta do consórcio da emissora, bem como os recebíveis e créditos depositados. Por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da emissora e totalidade das quotas de emissão de suas filiais (USP 1, USP 2, USP 3 e USP 4) e suas controladas (SPRS II e SPRS III).

12.8.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente e não identificou descumprimentos.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados a seguir acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures:

a) Realização de distribuição de recursos aos acionistas, exceto se as seguintes condições forem cumulativamente comprovadas: (i) Manter as obrigações pecuniárias adimplentes; (ii) O ICSD na última data de verificação ser igual ou superior à 1,20x; (iii) Ter realizado o pagamento dos juros remuneratórios das debêntures de forma integral; (iv) O pagamento da distribuição de recursos ser possível conforme as regras contábeis e societárias; (v) Manutenção da relação entre o patrimônio líquido e a dívida líquida (PL/DL) superior a 10% após a distribuição de recursos; (vi) Manutenção do caixa mínimo de R\$ 500.000,00 se houver a distribuição de recursos.

b) O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") do Emissor esteja inferior a 1,20x (um inteiro e vinte centésimos vezes) em duas datas de verificação seguidas ou quatro datas alternadas. A apuração será verificada semestralmente.

Cálculo do ICSD = Quociente dos itens (i) Cash Flow Disponível para o Serviço da Dívida e (ii) Serviço da Dívida

Cash Flow Disponível para o Serviço da Dívida = EBITDA - IR e CSLL + Dividendos controladas + Receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras dos saldos das contas vinculadas e de livre movimento.

EBITDA = Recebíveis de clientes + outras receitas operacionais com impacto caixa - PIS e Cofins + Créditos de PIS e Cofins - Despesas de remuneração e/ou comissão de vendas da PLIN Energia - CUSD - Custos e despesas operacionais - Despesas com locação de imóveis e/ou arrendamentos - Despesas com seguros - Quaisquer outras despesas com impacto caixa.

12.9 CRI 86^a

CRI 86 ^a	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	38.713
Juros e encargos apropriados	-	4.723
Amortizações	-	(43.737)
Custos de transação apropriados	-	301
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-
Longo prazo	-	-

Em 07 de outubro de 2022, a companhias USP 2, USP 3 e USP 4 captaram recursos por meio do termo de securitização de créditos imobiliários da 86^a (octogésima sexta) emissão, em série única, de certificados de recebíveis imobiliários da True Securitizadora S.A., sendo o valor da emissão de até R\$ 40.500 mil, sendo o prazo de vencimento da dívida de 5.455 dias contados da emissão, vencendo a última data de pagamento em 22 de setembro de 2037.

A remuneração da CRI é composta por IPCA + 8,75% ao ano.

O saldo passou a compor o consolidado do Grupo devido à aquisição das companhias USP 1, USP 2, USP 3 e USP 4 pela Platão Capital S.A. em 29 de março de 2024.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total do CRI mediante resgate antecipado.

12.10 CRI 173^a

CRI 173 ^a	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	98.382	95.690
Captações	-	-
Juros e encargos apropriados	11.394	14.809
Amortizações	(5.452)	(12.117)
Saldo final	104.324	98.382
Curto prazo	104.324	98.382

Cronograma inicialmente previsto	30/09/2025
2025	12.255
2026	110
2027	64
2028	608
2029	106
2030	100
2031	194
2032	528
2033	519
2034	1.071
2035	1.379
2036	5.109
2037	82.280
Total	104.324

Em 26 de outubro de 2023, a Companhia captou recursos por meio do termo de securitização de créditos imobiliários da 173ª (centésima septuagésima terceira) emissão, em série única, de certificados de recebíveis imobiliários da True Securitizadora S.A., lastreados em direitos creditórios cedidos pela SPRS Platão Capital III S.A.

O valor da emissão é de até R\$ 95.000 mil, sendo o prazo de vencimento da dívida de 5109 dias contados da emissão, vencendo a última data de pagamento em 15 de setembro de 2037.

A remuneração da CRI é composta por IPCA + 11% ao ano.

12.10.1 Garantias

O CRI é garantido por cessão fiduciária dos direitos sobre a conta vinculada e conta da associação da emissora, bem como os recebíveis e créditos depositados, por alienação fiduciária da totalidade das ações da emissora, por alienação fiduciária da totalidade dos bens e equipamentos de cada um dos projetos, os quais foram mencionados na nota explicativa nº 9 – Imobilizado, e pela alienação fiduciária de direitos de superfície.

12.10.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

O CRI prevê a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente.

a) A partir do 12º mês subsequente à data de integralização dos CRI, utilização do Fundo de Liquidez para fins de qualquer pagamento relacionado aos CRI, por 3 vezes consecutivas ou 4 vezes alternadas dentro de um período de 12 meses.

b) Caso, a partir do 12º mês subsequente à data de integralização dos CRI, a razão entre o valor do fluxo mensal de recursos transitados na Conta Vinculada e o valor pago a título de amortização do valor nominal unitário atualizado e de pagamento de remuneração dos CRI no respectivo mês, seja inferior a 1,50x, por 3 vezes consecutivas ou 4 vezes alternadas dentro de um período de 12 meses, e, cumulativamente, a Devedora não contrate, no prazo de até 60 dias contado da data do término do 3º mês consecutivo ou 4º mês alternado um prestador de serviço especializado de cobrança e conciliação de pagamentos para efetuar a cobrança de todos e quaisquer valores devidos pelos Associado.

c) Não atendimento do índice de cobertura correspondente à razão entre EBITDA – Impostos Pagos e Serviço da Dívida CRI igual ou superior a 1,25, a ser apurado pela companhia e verificado pelo Agente Fiduciário (a) no prazo de até 45 dias contado do término do semestre findo em 30 de junho de cada semestre fiscal, com base nas demonstrações financeiras auditadas consolidadas e na respectiva memória de cálculo sendo certo que a primeira apuração será referente ao semestre a ser encerrado em 30 de junho de 2025; e (b) no prazo de até 90 dias contado do término de cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras auditadas consolidadas devidamente e na respectiva memória sendo certo que a primeira apuração será referente ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.

d) Pagamento total ou parcial de qualquer operação de empréstimo e/ou mútuo exceto se, cumulativamente (i) não esteja em curso qualquer descumprimento das obrigações pecuniárias ou não pecuniárias estabelecidas nos documentos da Operação; (ii) o Índice de Cobertura esteja sendo cumprido no período de referência; e (iii) após o referido pagamento, mantenha-se atendido o Índice de Pagamento Mútuos Fiadora.

e) Redução de capital social ou pagamento total ou parcial de qualquer Passivo com Partes Relacionadas, exceto (a) exclusivamente no caso de redução de capital social para fins de absorção de prejuízos acumulado ou se, cumulativamente, (i) tenha sido atendido o Índice de Pagamento Mútuos Fiadora, na última data de verificação; (ii) o Índice de Cobertura esteja sendo cumprido no período de referência; e (iii) imediatamente após tal redução for atendido o índice estrutura de capital; ou (b) exclusivamente no caso de pagamento total ou parcial de qualquer Passivo com Partes Relacionadas, se imediatamente após tal pagamento for atendido o Índice Estrutura de Capital.

Para o período encerrado em 30 de setembro de 2025 a administração identificou que os índices mencionados nos tópicos “d” e “e” não foram atingidos.

12.11 Conta garantida rotativa – Banco Itaú

Conta garantida rotativa – Banco Itaú	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	-
Captações	10	-
Juros e encargos apropriados	-	-
Amortizações	-	-
Saldo final	10	-
Curto prazo	-	-

Cronograma inicialmente previsto	30/09/2025
2025	10
Total	10

A empresa SPRS Platão Capital II S.A mantém contrato de conta garantida com o Banco Itaú, com limite de R\$ 200, a taxa corresponde a 15,69% ao mês.

13. Fornecedores

13.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	87	568	164	597
Total	87	568	164	597

Contemplam substancialmente a aquisição de placas, equipamentos e empreiteiros para a manutenção das usinas fotovoltaicas.

13.2 Aging list

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
A vencer	84	568	100	597
Vencidos				
De 01 a 30 dias		-	60	-
Vencidos de 31 a 60 dias	3		4	
Total	87	568	164	597

14. Passivo de arrendamento

14.1. Composição

	30/09/2025	31/12/2024
	Controladora	Controladora
Arrendamentos a pagar	7.962	8.057
(-) Juros a apropriar sobre arrendamentos	(4.493)	(4.629)
Total	3.469	3.428
Curto prazo	358	349
Longo prazo	3.111	3.079

	30/09/2025	31/12/2024
	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos a pagar	42.395	42.890
(-) Juros a apropriar sobre arrendamentos	(25.007)	(25.674)
Total	17.388	17.216
Curto prazo	1.762	1.729
Longo prazo	15.626	15.487

14.2. Movimentação

	Controladora	Controladora
	30/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	3.428	3.426
Novos contratos e atualizações	57	46
Pagamentos efetuados	(289)	(375)
Juros apropriados	273	331
Saldo em 30 de setembro de 2025	3.469	3.428
Saldo no curto prazo	358	349
Saldo no longo prazo	3.111	3.079

Controladora	Saldo a pagar em 31/12/2023	Novos contratos	Atualização	Pagamentos efetuados	Juros incorridos	Incorporação	Saldo a pagar em 31/12/2024
USP 1	-	-	-	(140)	121	1.295	1.276
USP 2	-	-	28	(57)	51	465	487
USP 3	-	-	-	(131)	115	1.235	1.219
USP 4	-	-	18	(47)	44	431	446
Total	-	-	46	(375)	331	3.426	3.428

Consolidado	Saldo a pagar em 31/12/2024	Atualização	Pagamentos efetuados	Juros incorridos	Incorporação de investidas	Saldo a pagar em 30/09/2025
SPRS II	-	23	(285)	260	6.075	6.073
SPRS III	7.704	184	(624)	583	-	7.847
Capital S.A – Filial 1	1.276	57	(110)	121	-	1.344
Capital S.A – Filial 2	487	-	(45)	34	-	476
Capital S.A – Filial 3	1.219	-	(98)	86	-	1.207
Capital S.A – Filial 4	446	-	(36)	31	-	441
USP 5	428	-	(8)	7	(427)	-
USP 6	2.014	-	(35)	32	(2.011)	-
SP 7	3.642	-	(45)	41	(3.637)	-
Total	17.216	264	(1.286)	1.195	-	17.389

Consolidado	Saldo a pagar em 31/12/2023	Novos contratos	Atualização	Pagamentos efetuados	Juros incorridos	Consolidação de novas investidas	Saldo a pagar em 31/12/2024
SPRS III	7.074	-	651	(783)	762	-	7.704
USP 1	-	-	-	(140)	121	1.295	1.276
USP 2	-	-	28	(57)	51	465	487
USP 3	-	-	-	(131)	115	1.235	1.219
USP 4	-	-	18	(47)	44	431	446
USP 5	415	-	15	(44)	42	-	428
USP 6	1.954	-	75	(208)	193	-	2.014
SP 7	2.051	2.383	(757)	(387)	352	-	3.642
Total	11.494	2.383	30	(1.797)	1.680	3.426	17.216

Fluxo nominal futuro esperado dos contratos

O fluxo de pagamentos nominais para os contratos de locação de imóveis rurais, estão a seguir expostos. O fluxo apresentado não apresenta a correção das futuras parcelas pelo IPCA.

Descrição	Consolidado Fluxos de pagamentos
De 2025 a 2030	7.664
De 2031 a 2040	10.949
De 2041 a 2050	8.288
Total	26.901

15. Encargos tributários

Para o exercício de 2025 a Administração decidiu pela mudança do regime tributário de Lucro Presumido para Lucro Real. O saldo de impostos a recolher no encerramento do período está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
IRRF a recolher	5	25	30	121
IRPJ e CSLL a recolher	-	795	765	2.027
PIS e Cofins a recolher	47	351	346	740
Total	52	1.171	1.141	2.888

16. Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
AFAC	5.900	5.900
Total	5.900	5.900

Nos meses de novembro e dezembro de 2024, a Platão Capital S.A. recebeu recursos a título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 5.900 mil. Os recursos foram destinados dos sócios (pessoa física) da Companhia e possuem prazo para integralização de capital social de 36 meses.

As datas de disponibilização dos recursos estão apresentadas a seguir:

Data	Valor
22/11/2024	775
22/11/2024	775
22/11/2024	1.550
29/11/2024	700
02/12/2024	1.400
02/12/2024	700
Total	5.900

17. Passivo a descoberto

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2025 o capital social é de R\$ 34.500 dividido conforme quadro a seguir:

Acionista	Ações ordinárias	Ações preferências	Percentual de participação	Total subscrito
Carlos Eduardo Passarelli Scott	-	365	7,30%	2.518
Eduardo Baer	-	374	7,48%	2.580
Fernanda Mazzonetto	-	29	0,58%	200
Gameleira Empreendimentos e Participações Ltda	-	433	8,66%	2.987
José Antônio Favaro	-	145	2,90%	1.000
José Eduardo Maksoud Rahe	-	391	7,82%	2.698
José Renato Tabora	-	374	7,48%	2.580
MACINV Participações S.A.	-	102	2,04%	704
Marcelo Gouvêa Bresser Pereira	-	99	1,98%	683
Márcia Passarelli Scott	-	51	1,02%	352
Marcos Mikail Abud	-	145	2,90%	1.000
Paulo Sergio Barone	-	90	1,80%	621
Platão Investimentos LTDA	5.000	1.227	24,54%	8.470
Roberto Mazzonetto	-	96	1,92%	662
Ronald Harry Spitzkopf	-	41	0,82%	283
Salvador Pastore Neto	-	458	9,16%	3.160
ST. Pierre Empreend. e Participações Ltda	-	147	2,94%	1.014
TST Empreend. e Participações Ltda	-	433	8,66%	2.988
Total de ações	5.000	5.000	100%	34.500

A integralização de capital decorrente do acordo de acionistas ocorreu em 29 de março de 2024, através da transferência de participação societária das seguintes companhias e resultou em um aumento de capital social de R\$ 34.500:

Companhia	CNPJ	Total subscrito
Usina Solar Platão Investimentos S.A.	34.438.893/0001-61	21.222
Usina Solar Platão Investimentos SPE 2 S.A.	45.997.900/0001-93	2.566
Usina Solar Platão Investimentos SPE 3 S.A.	45.891.391/0001-10	7.558
Usina Solar Platão Investimentos SPE 4 S.A.	45.889.765/0001-62	3.360
Total		34.706
Integralização de capital social		34.500
Constituição de reserva de capital		206

b) Prejuízos acumulados

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia mantém o saldo de prejuízos acumulados no montante de R\$ 109.746 (R\$ 64.544 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 45.202 de resultado do período. A reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 em virtude de os resultados apurados terem sido negativos.

c) Dividendos

Conforme acordo de acionistas celebrado em 31 de março de 2023, cada ação preferencial confere ao direito de recebimento de dividendos fixos anuais de R\$ 0,082, corrigidos anualmente pelo IPCA.

d) Participação de acionistas não controladores

O saldo da participação de acionistas não controladores em 30 de setembro de 2025 de R\$ 2 é composto pelo efeito das operações nas controladas diretas SPRS Platão Capital II S.A. e SPRS Platão Capital III S.A.

18. Resultado por ação

Básico: calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do período.

	Período de nove meses	
	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024
Prejuízo líquido do período	(45.204)	(20.930)
Lucro (prejuízo) atribuído a não controladores	(45.202)	(20.930)
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(2)	-

	Período de nove meses	
	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024
Prejuízo por ações		
Média ponderada das ações	5.000	5.000
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(9,0408)	(4,1860)

	Período de três meses	
	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024
Prejuízo líquido do período	(11.874)	(9.661)
Lucro (prejuízo) atribuído a não controladores	(11.874)	(9.661)
Resultado atribuível aos acionistas controladores	-	-

	Período de três meses	
	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024
Prejuízo por ações		
Média ponderada das ações	5.000	5.000
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(2,3748)	(1,9322)

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – Diluído conforme requerido pelo CPC – 41 /IAS 31, em razão de não existir fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

19. Receita operacional líquida

	Período de nove meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Prestação de serviços	6.921	-	19.252	8.477
Impostos e contribuições sobre a receita	(640)	-	(1.762)	(309)
Total	6.281	-	17.490	8.168

	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Prestação de serviços	1.373		4.928	4.264
Impostos e contribuições sobre a receita	(127)		(456)	(156)
Total	1.246		4.472	4.108

A Platão Capital S.A. celebra contratos de locação de seus sistemas de geração de energia solar com o Consórcio de Geração Distribuída Plin, enquanto suas controladas mantêm contratos de locação com a Associação de Geração Distribuída Plin.

20. Custos, despesas gerais e administrativas

	Período de nove meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Serviços administrativos (i)	(850)	(1.619)	(2.417)	(3.400)
Depreciação e amortização (ii)	(2.200)	-	(7.135)	(3.606)
Despesas com operação e manutenção (iii)	(3.474)	(194)	(5.714)	(2.577)
Outras despesas (iv)	(743)	(177)	(2.403)	(710)
Total	(7.267)	(1.990)	(17.669)	(10.293)
Custo dos serviços prestados	(2.200)	-	(7.135)	(3.606)
Despesas gerais e administrativas	(5.067)	(1.990)	(10.534)	(6.687)

	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Serviços administrativos (i)	(295)	(346)	(685)	(610)
Depreciação e amortização (ii)	(733)	-	(2.427)	(1.876)
Despesas com obras (iii)	(66)	-	(534)	(1.855)
Outras despesas	(288)	(45)	(527)	(225)
Total	(1.382)	(391)	(4.173)	(4.566)
Custo dos serviços prestados	(733)	-	(2.427)	-
Despesas gerais e administrativas	(649)	(391)	(1.746)	(4.566)

(i) Valores compostos substancialmente por honorários advocatícios, honorários contábeis e por consultorias especializadas em pesquisas e análises.

(ii) Decorrente da conclusão das obras e início das operações das usinas das localidades de São João do Caiuá, Apucarana, Mamborê, Paraíso do Norte, Dourados, Manoel Ribas, Diamantino, Campo Grande, Guapirama, Miranda I e II, Cassilândia e Maristela, e da incorporação das usinas localizadas em Loanda, Alto Paraná, Paranavai e Santa Isabel, conforme nota explicativa 1 – Contexto operacional.

(iii) Gastos com serviços de operação e manutenção (“O&M”) necessários para o funcionamento e performance das usinas.

(iv) Valores compostos, majoritariamente, por despesas gerais inerentes à operação, como manutenção, reparos, seguros e reconhecimento de impostos.

21. Outras receitas e despesas

	Período de nove meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Venda de direito de conexão (i)	-	336	-	336
Ganho em acordo de quitação (ii)	-	-	-	1.757
Impairment de parecer de acesso (iii)	-	(687)	-	(688)
Baixa de ativos – incorporação (iv)	-	-	-	-
Baixa de saldo de despesas reembolsáveis - Obra de rede (v)	-	-	(789)	-
Baixa de ativos	-	-	(320)	(1.583)
Outras receitas	-	-	-	30
Outras perdas	(15)	-	(16)	-
Total	(15)	(351)	(1.125)	(148)

	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Venda de direito de conexão (i)	-	-	-	-
Ganho em acordo de quitação (ii)	-	-	-	-
<i>Impairment</i> de parecer de acesso (iii)	-	-	-	-
Baixa de ativos- incorporação (iv)	-	-	-	-
Baixa de saldo de despesas reembolsáveis - Obra de rede (v)	-	-	-	-
Baixa de ativos	-	-	(73)	-
Outras receitas	-	-	-	28
Outras perdas	-	-	-	-
Total	-	-	(73)	28

(i) Referente à venda de direito de conexão das localidades de Apucarana, Guapirama, Iguaçu e Manoel Ribas realizada em janeiro de 2024;

(ii) Decorrente de ganho após acordo de quitação realizado junto a fornecedores de equipamentos;

(iii) Decorrente da constituição do *impairment* dos saldos relacionados ao parecer de acesso da UFV LMS, baixados devido à ausência de expectativa de realização do projeto;

(iv) Valores referente a ativos das usinas USP 1, USP 2, USP 3 e USP 4, baixados em virtude do processo de aquisição de cotas e incorporação das usinas pela Platão Capital S.A.

(v) Para agilizar a conexão das usinas à rede da concessionária, a Companhia executou, por conta própria, as obras de instalação de religadores automáticos e transformadores de potência, originalmente de responsabilidade da concessionária. O valor não reembolsado foi reconhecido no resultado do período como uma despesa.

22. Resultado financeiro

	Período de nove meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	3	-	4	
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	-	255	388
Total receitas	3	-	259	388
Despesas financeiras				
Encargos financeiros sobre endividamento	(17.799)	(2.742)	(37.535)	(14.080)
Ajuste a valor presente - Mútuos	-	-	(1.583)	(3.555)
Juros sobre arrendamentos	(274)		(1.195)	(742)
Variação monetária	-		(2)	-
Outras despesas financeiras	(32)	(35)	(118)	(182)
Total despesas	(18.105)	(2.777)	(40.433)	(18.559)

	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	-	-	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	-	52	153
Total receitas	-	-	52	153
Despesas financeiras				
Encargos financeiros sobre endividamento	(5.287)	(1.033)	(11.530)	(7.331)
Ajuste a valor presente - Mútuos	-	-	(234)	(1.704)
Juros sobre arrendamentos	(82)	-	(367)	(316)
Variação monetária	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(7)	(19)	(21)	(72)
Total despesas	(5.376)	(1.052)	(12.152)	(9.423)

As receitas financeiras são provenientes dos recursos mantidos em aplicações financeiras. As principais despesas financeiras correspondem aos juros e demais encargos financeiros sobre as debêntures, CRIs e arrendamentos mantidos pelas companhias do Grupo.

23. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas apuram o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo regime fiscal do Lucro Real e de Lucro Presumido. No Lucro Real, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada considerando todas as despesas dedutíveis e as receitas tributáveis por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de cálculo. Na apuração do Lucro Presumido é utilizada a alíquota de presunção de 32%.

a) Saldo de Imposto de renda e contribuição social

	Período de nove meses	
	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024
Corrente		
Imposto de renda	(17)	(1.224)
Contribuição social	(10)	(471)
Total corrente	(27)	(1.695)
Diferido (i)		
Imposto de renda	(2.719)	889
Contribuição social	(979)	320
Total diferido	(3.697)	1.209

	Período de três meses	
	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024
Corrente		
Imposto de renda	-	(387)
Contribuição social	-	(153)
Total corrente	-	(540)
Diferido (i)		
Imposto de renda	-	426
Contribuição social	-	153
Total diferido	-	579

(i) Em virtude da ausência de recuperabilidade, a Administração decidiu realizar a baixa dos impostos diferidos ativos registrados na SPRS III.

b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora 30/09/2025
Lucro Real	
Resultado antes do IR e CS	(45.204)
(+) Adições permanentes	-
(-) Exclusões permanentes	-
(+) Resultado com equivalência patrimonial	22.335
Lucro fiscal antes das compensações de prejuízos	(22.869)
(-) Compensação de prejuízos fiscais	-
Lucro fiscal	-
Taxa nominal combinada 25% de IRPJ e 9% de CSLL	34%
Subtotal Imposto de Renda e Contribuição Social	-
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-
Taxa efetiva	0,00%

	Consolidado 30/09/2024
Lucro Presumido (i)	
Receita de Locação de Imóveis	8.477
Base de presunção	8.477
Presunção do lucro	2.713
Receitas financeiras	389
Base tributável	3.102
IRPJ (15%)	465
Adicional IRPJ (10%)	292
CSLL (9%)	279
Total IRPJ e CSLL	1.037
Alíquota efetiva	33%

(i) Em setembro de 2024 a Companhia controlava as seguintes empresas optante pelo lucro presumido: SPRS Platão Capital II S.A., Usina Solar Platão Investimentos S.A., Usina Solar Platão Investimentos SPE 2 S.A., Usina Solar Platão Investimentos SPE 3 S.A. e Usina Solar Platão Investimentos SPE 4 S.A.

A SPRS Platão Capital II S.A. que é controlada pela Platão Capita S.A, controlava a Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A., Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A. e a Solar Platão 7 Locação de equipamentos S.A que também era optantes pelo Lucro presumido.

24. Resultado de equivalência patrimonial

	Controladora	
	Período de nove meses	
	30/09/2025	30/09/2024
SPRS II	(11.961)	(4.646)
SPRS III	(14.138)	(9.188)
USP 1	-	114
USP 2	-	(300)
USP 3	-	(515)
USP 4	-	(1.277)
Total	(26.099)	(15.812)

	Controladora	
	Período de três meses	
	30/09/2025	30/09/2024
SPRS II	(3.634)	(1.736)
SPRS III	(2.728)	(5.890)
USP 1	-	158
USP 2	-	(152)
USP 3	-	(288)
USP 4	-	(309)
Total	(6.362)	(8.217)

25. Provisões para contingências

Em 30 de setembro de 2025, não existiam processos de natureza cível, tributário e trabalhista considerados como probabilidade de perda provável e possível, por essa razão não há saldos a serem contabilizados ou divulgados em nota explicativa, conforme estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras, à captação de empréstimos e emissão de debêntures, em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas informações financeiras, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

a) Considerações sobre riscos e gerenciamento de riscos

i) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

A Administração declara que monitora constantemente o risco desta variação e que não acredita em variações acima do previsto.

ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pelo Grupo. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

iii) Risco de mercado

O risco de mercado está associado, principalmente, a alterações regulatórias, tarifárias e legislativas que podem alterar o setor que a Companhia está inserida. A Administração monitora regularmente o cenário setorial e regulatório, avaliando seus possíveis impactos e adotando medidas de adaptação sempre que necessário.

iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, através de aportes e recursos decorrentes dos acionistas.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	30/09/2025			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	% sobre o PL	Valor contábil	% sobre o PL
Fornecedores	87	-0,12%	164	-0,22%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	161.228	-214,27%	336.310	-446,94%
Passivos de arrendamento	3.469	-4,61%	17.388	-23,11%
Débitos com partes relacionadas	1.578	-2,10%	1.578	-2,10%

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos
Fornecedores	87	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.712	-	2.900	13.322	143.294
Passivos de arrendamento	64	-	377	584	2.444
Débitos com partes relacionadas	1.578	-	-	-	-

	Consolidado				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos
Fornecedores	164	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15.091	-	21.357	40.307	259.555
Passivos de arrendamento	240	-	1.564	2.464	13.120
Débitos com partes relacionadas	1.578	-	-	-	-

b) Categorias de instrumentos financeiros

A Companhia adota o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para classificação e divulgação de seus instrumentos financeiros. O valor justo representa o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são classificados em três níveis de hierarquia:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação baseadas em variáveis observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas de avaliação baseadas em variáveis não observáveis.

Na data-base, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou em outros resultados abrangentes. Os principais instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado, cujos valores contábeis se aproximam substancialmente de seus valores justos.

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	30/09/2025						
	Nível	Controladora			Consolidado		
		Valor justo por meio do	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	9	9	-	147	147
Titulos e valores mobiliários	2	-	1	1	-	3.504	3.504
Contas a receber	2	-	-	-	-	1.517	1.517
Créditos com partes relacionadas	2	-	24.099	24.099	-	9.972	9.972
Total de ativos financeiros		-	24.109	24.109	-	15.140	15.140
Passivos financeiros							
Fornecedores	2	-	87	87	-	164	164
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	-	161.228	161.228	-	336.310	336.310
Passivos de arrendamento	2	-	3.469	3.469	-	17.389	17.389
Débitos com partes relacionadas	2	-	1.578	1.578	-	1.578	1.578
Total de passivos financeiros		-	166.362	166.362	-	355.441	355.441
Efeitos líquido de ativos e passivos financeiros							
		-	(142.253)	(142.253)	-	(340.301)	(340.301)

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c) Análise de sensibilidade

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A administração avalia que a variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras da operação e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da Companhia. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade usando o cenário provável com as taxas de riscos das próprias transações e outros dois cenários demonstrando o risco de elevação da taxa, sendo o primeiro acréscimo de 25% e o segundo com 50% sobre a taxa que corresponde ao cenário provável.

Transações	Risco	30/09/2025	Taxa	Cenário provável	Taxa	Cenário I	Taxa	Cenário II
Ativo financeiro								
Caixa e aplicações financeiras	Redução da CDI	147	13,30%	166	9,98%	161	6,65%	157
Contas a receber	Redução do IPCA	3.504	13,30%	3.970	9,98%	3.854	6,65%	3.737
Títulos e valores mobiliários	Redução da CDI	1.517	4,86%	1.590	3,65%	1.572	2,43%	1.554
		5.168		5.726		5.587		5.448
Passivo financeiro								
Debêntures – PLII11	Aumento da CDI	70.747	13,30%	80.157	16,63%	82.509	19,95%	84.861
Debêntures – PLAC13 e 23	Aumento do IPCA	160.033	4,86%	167.810	6,08%	169.755	7,29%	171.699
Debêntures – PLAC41	Aumento do IPCA	1.195	4,86%	1.253	6,08%	1.268	7,29%	1.282
CRI 173 ^a	Aumento do IPCA	104.324	4,86%	109.395	6,08%	110.662	7,29%	111.930
Passivo de arrendamentos	Aumento do IPCA	17.389	4,86%	18.234	6,08%	18.445	7,29%	18.657
		353.688		376.849		382.639		388.429
Exposição líquida								
		(348.520)		(371.123)		(377.052)		(382.981)

27. Seguros (não revisado)

A Companhia e suas controladas, protegem seus ativos através de contratos de seguro alinhados ao porte das companhias e às especificidades dos empreendimentos fotovoltaicos.

As apólices são contratadas em valores considerados adequados pela administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza das operações e os riscos inerentes ao setor de energia solar.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas mantinham apólices de seguros contratadas com terceiros, com os seguintes limites máximos de indenização:

Tipo	Limite máximo de indenização
Danos materiais	92.247
Danos elétricos	8.000
Roubo e/ou furto qualificados de bens	1.900
Quebra de máquinas	2.000
Vendaval	5.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Outros	7.150
Total	117.297

Os seguros não foram escopo da revisão das informações financeiras realizadas pelos auditores independentes.

28. Eventos subsequentes

Aspectos econômico-financeiros

i) Aspectos societários

Em 12 de novembro de 2025 a SPRS Platão Capital II S.A, realizou uma Assembleia Geral de Debenturistas onde foi deliberado e aprovado os seguintes temas:

1) Concessão de *waiver* para os itens (v), (viii), (x) e (xi) da Cláusula 7.1.1 da Escritura de Emissão, para realização de ajuste na definição de “Projetos” para fins da Destinação Futura (conforme definido na Escritura de Emissão) e da Alienação Fiduciária de Bens e Equipamentos (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Cláusula 3.6.2 da Escritura de Emissão, em decorrência da seguinte reorganização societária realizada pretendida pela Emissora: (i) a transferência de titularidade, da SPE 5 (conforme definido na Escritura de Emissão), da SPE 6 (conforme definido na Escritura de Emissão) e da SPE 7 (conforme definido na Escritura de Emissão) para filiais da Emissora, dos seguintes Projetos denominados, respectivamente, descritos na Escritura de Emissão, como (a) “Projeto: UFV Maristela (PR)”, , (b) “Projeto: UFV Miranda I (MS)”, (c) “Projeto 5: UFV Miranda II (MS)”, (d) “Projeto: UFV Diamantino (MT)” e (e) “Projeto: UFV Cassilândia (MS)”, sendo certo que a tabela constante da Cláusula 3.6.2 da Escritura de Emissão, a qual descreve os Projetos vinculados à Emissão, passará a vigorar conforme o Anexo I da presente assembleia; e(ii) a extinção da SPE 5, SPE 6 e SPE 7(“Reestruturação Proposta”).

2) Em decorrência da Reestruturação Proposta, a liberação da Fiança outorgada pela SPE 5, pela SPE 6 e pela SPE 7, nos termos da Escritura de Emissão (“Liberação de Garantias”).

3) Em decorrência da Reestruturação Proposta, a autorizar a alteração da SPE 5, da SPE 6 e da SPE 7, na qualidade de alienantes fiduciários no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens e Equipamentos (conforme definido na Escritura de Emissão), por filiais da Emissora.

4) Em decorrência da Reestruturação Proposta, a outorga de Fiança (conforme definido na Escritura de Emissão) e da Alienação Fiduciária de Bens e Equipamentos (conforme definido na Escritura de Emissão), pela (i) SPRS PLATAO CAPITAL II S.A., filial com sede na rodovia BR 262 - Chácara Vista Alegre, S/N, Zona Rural, CEP 79380-000, na cidade de Miranda, no estado do Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.933.670/0002-30, (ii) SPRS PLATAO CAPITAL II S.A., filial com sede na Estância São Jose Marginal, BR158 KM 4, Zona Rural, CEP 79543-899, na cidade de Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.933.670/0005-83, (iii) SPRS PLATAO CAPITAL II S.A., filial com sede na Estrada Diamantino Marzagao, S/N KM 02 Sitio Santa Tereza, Zona Rural, CEP 78400-000, na cidade de Diamantino, no estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.933.670/0004-00, e pela (iv) SPRS PLATAO CAPITAL II S.A., filial com sede na Estrada Santa Maria, S/N KM 01 LOTE A e B, Chácara Santa Helena, CEP 87753-000, no distrito de Maristela, na cidade de Alto Paraná, no estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.933.670/0003-11, em garantia às Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão) (“Garantias Filiais”), sendo certo que, para tanto, deverão ser observados todos os procedimentos descritos nos Documentos da Operação.

5) A realização de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias acima indicadas, para fins da Reestruturação Proposta, Liberação de Garantias e outorga das Garantias Filiais.

Em 21 de novembro de 2026 foi lavrada a Ata Da Assembleia Especial de Titulares Dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 173ª Emissão (IF 23H2516003) da Opea Securitizadora S.A., onde foi deliberado e aprovado os seguintes temas:

(i) O(s) Titular(es) dos CRI, representando 100% (cem por cento) dos CRI em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção com relação a este item, aprovou(aram) a não declaração da recompra compulsória dos Créditos Imobiliários e, conseqüentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 5.1 do Termo de Securitização e da Cláusula 7.1 do Contrato de Cessão, em razão da verificação do Evento de Recompra Compulsória Deliberada previsto na Cláusula 5.1, item (xvi) do Termo de Securitização e na Cláusula 7.1, item (xvi) do Contrato de Cessão, caracterizado pela utilização do Fundo de Liquidez para fins de qualquer pagamento relacionado aos CRI, após o 12º (décimo segundo) mês (inclusive) subsequente à data de integralização dos CRI, por 3 (três) vezes consecutivas ou 4 (quatro) vezes alternadas dentro de um período de 12 (doze) meses; e

(ii) O(s) Titular(es) dos CRI, representando 100% (cem por cento) dos CRI em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção com relação a este item, aprovou(aram) a concessão de anuência prévia, afastando-se assim os efeitos da recompra compulsória dos Créditos Imobiliários nos termos da Cláusula 7.1 do Contrato de Cessão, e, conseqüentemente, afastando-se o resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 5.1 do Termo de Securitização, de forma a autorizar a utilização do Fundo de Liquidez para fins de pagamento de até 85% (oitenta e cinco por cento) da parcela mensal dos CRI até a data de 31 de janeiro

PLAC41 atualmente, a Companhia mantém reuniões com o credor, que já manifestou ciência da situação e concordância com a renegociação, não havendo execução da dívida. A Companhia busca a formalização do *waiver* e a definição de um novo cronograma de pagamento. Uma vez que houve a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), realizada em 12 de junho de 2025, aprovou a prorrogação da data de vencimento da debênture PLAC41, originalmente prevista para 20 de maio de 2025, para 20 de novembro de 2025, mas não houve a quitação na data.

PLII11 a Companhia encontra-se em tratativas para regularização das obrigações contratuais, estando o fundo plenamente ciente da situação e concedendo período de *waiver*, enquanto as condições para ajuste definitivo são discutidas.